

Preparação do Brasil para a COP 30

Organizar a maior e melhor
participação indígena na história
das negociações

MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

| Agenda

- 1 – Contexto
- 2 – A melhor e maior participação indígena
- 3 – Nivelar expectativas e as Pre COPs
- 4 – Rosto indígena para a COP
- 5 – Kuntari Katu
- 6 – Círculo de Povos Indígenas e Comunidades Locais
- 7 – NDC, Plano Clima e Proteção Territorial
- 8 – Financiamento, meios de implementação, anúncios e legados

COP 30 no Brasil: contexto

Dada a conjuntura anterior, a COP 30 chega ao Brasil pressionada e, dentre outros, possui diversos desafios simultâneos:

1. Uma COP do Multilateralismo: precisamos celebrar acordos robustos, que avancem a pauta climática, e articulá-la com a conservação e usufruto da biodiversidade e a proteção dos direitos humanos. Mas, ao mesmo tempo, enfrentar os desafios postos pelos setores negacionistas, inclusive os brasileiros, e que ameaçam a continuidade do processo.
2. Uma COP na Floresta: mostrar ao mundo os desafios reais da proteção do bioma amazônico e dos povos que nele habitam. Dar um rosto indígena e amazônico à COP, que traga reais legados.
3. Uma COP das pessoas: Belém tem várias dificuldades. Não foi pensada ou estruturada para sediar grandes eventos. Porém, é uma das principais capitais da Amazônia e quer acolher todos e todas que possam estar neste debate.
4. Uma COP da democracia: saber conciliar os espaços de negociação, com os anseios da sociedade em suas múltiplas demandas e formas de participar, mais que um exercício logístico, é a celebração da democracia e do compromisso com a sustentabilidade.

A COP 30 no Brasil pode e deve ser a COP que mostre saídas para um mundo de emergências.

A melhor e maior participação indígena

1. São esperados em torno de 5 mil indígenas do Brasil, América Latina e do Mundo em Belém. Irão independente de qualquer ação do Governo. Mas importa que todo/as sejam bem acolhidos e possam contribuir com seus conhecimentos e modos de vida para que o mundo veja o papel dos povos indígenas como uma resposta para a crise climática e social.
2. Importa que as vozes indígenas sejam mais escutadas e que suas demandas possam ser incorporadas com maior celeridade nas agendas e encaminhamentos da COP.
3. Faz-se necessário, assim, que a COP 30 traga legados, que não seja só um evento ocorrido na Amazônia, mas que também possa fortalecer as políticas indigenistas e as organizações e movimentos indígenas no mundo.

I Nivelar expectativas e as Pré COPs

1. Estamos num processo constante de diálogo com o Movimento Indígena em todas as frentes: local, nacional, amazônico e mundial. O Movimento Indígena possui demandas e expectativas. São aliados dos governos e setores que defendem o meio ambiente e enfrentam as mudanças climáticas. O interesse, primeiro, é de fazer que a COP avance e traga mais resultados.
2. O pleito de “Co-Presidência Indígena” é só uma pequena mostra de como o movimento indígena está entre os segmentos da sociedade civil que mais lutam para que as Convenções do Rio possam avançar.
3. Para isto, o MPI busca “alinhar expectativas”. Vamos avançar numa jornada de diálogos com todas as regionais do movimento indígena, não só explicando o que é a COP e o que pode ser feito, mas tentando preparar a todos desde já, para que o movimento possa ir ciente do que é possível e também das limitações.
4. No governo, precisamos entender dar um exemplo ao mundo de democracia, participação e compromissos com o enfrentamento às mudanças climáticas, em defesa do multilateralismo. Precisamos, ainda, saber como será a coordenação interna. Garantindo consulta, diálogo e buscar organizar a melhor integração possível.

| O rosto indígena para a COP

1. A demanda de participação na COP, para muitas pessoas das organizações indígenas, não é necessariamente entrar na Blue Zone. É estar em Belém e contribuir com o movimento e suas organizações. De toda forma, o credenciamento para a Blue Zone é uma questão central.
2. Por outro lado, temos certeza de que a participação indígena será fundamental para dar um novo significado à COP. É parte da expectativa do Presidente Lula quando optou pela Amazônia. O Brasil concorda que os povos indígenas são parte das respostas para o enfrentamento à Crise Climática. Neste caso, vale pensar iniciativas importantes de se fazerem presentes na COP:
 - a) Aldeia COP e alojamento;
 - b) pavilhão indígena;
 - c) apoio concreto para a sociobioeconomia;
 - d) dinâmica integrada com demais eventos.

I O rosto indígena para a COP

3. Historicamente, as dificuldades logísticas limitam a participação indígena nas COPs. Indo poucas pessoas, e com grande burocracia para credenciar entidades, o Movimento Indígena, via de regra, consegue suas credenciais com ONGs parceiras.
4. Em Belém, será o oposto. Há uma grande demanda dos povos indígenas ao mesmo tempo que a COP diminui o número de credenciados e as ONGs credenciadas não terão *badges* extras.
5. Assim, se não pensarmos uma saída estrutural para este caso, teremos restrições objetivas na participação indígena, que serão entendidas como uma "exclusão" da COP.
6. O MPI crê que é possível levar para Bonn uma proposta de definição pelo credenciamento especial de indígenas, de forma a ser implementada no Brasil, ainda que em caráter provisório, mas que, dando certo, tivesse continuidade como mais um legado da COP30. Esperamos poder avançar nesse sentido, de forma concreta, na semana que vem, junto ao Secretariado.

I Aldear as negociações

1. O **Kuntari Katu**, que está formando uma turma de 33 indígenas para atuação junto aos negociadores do Brasil, tem se mostrado uma iniciativa acertada. Sendo bem recebido pelo movimento indígena, por outros países e por grupos ambientalistas aliados. A ideia começou em Dubai, quando a Ministra Sonia Guajajara foi a chefe da delegação, na reunião que realizada junto às lideranças que lá estavam. Desde o início, é uma parceria entre MPI e MRE.
2. Esta parceria é a grande diferença entre o Kuntari Katu e outras atividades de formação que existem. Por isto, é importante que sigamos com os dois módulos que faltam agora no início de 2025. Já houve tratativas nesse sentido, mas seria importante uma reunião entre Declima, Rio Branco e MPI na próxima semana para alinhar.
3. Reforçamos, também, que é bem nítido para as alunas e alunos que este não é um curso de formação de diplomatas, tampouco que vão sentar na mesa e assumir a palavra. Se outros setores do movimento social fizeram isto em Baku, não pode ser o movimento indígena, muito menos o Kuntari Katu responsabilizado.
4. Mas esta iniciativa é fundamental para qualificar a intervenção do Movimento Indígena brasileiro. Um legado que abre espaço para o movimento indígena no árido ambiente internacional, democratizando uma incidência que hoje é mais propícia para outros setores da sociedade civil, inclusive aqueles setores que não querem ver o acordo prosseguir.

I O Círculo Indígena

1. Foi necessário avançar na pauta da “Co-Presidência Indígena” da COP, ou Comissão Internacional, uma vez que esta era uma resposta direta à demanda mundial dos povos indígenas.
2. A ideia da Comissão internacional é uma resposta mais eficaz ao pleito da Co-Presidência, mas também parte do reconhecimento de que a plataforma de povos indígenas e comunidades locais tem limites muito nítidos e não contribui totalmente para a efetiva participação dos povos nos processos decisórios.
3. Anunciar essa Comissão em curto espaço de tempo (até o ATL, no início de abril) abrirá um diálogo prioritário com o movimento mundial e permitirá dialogar com todas as frentes de maneira coordenada, ajudando na perspectiva de alinhar expectativas. Mas é também um legado que pode ficar para frente.
4. Para que a Comissão seja efetiva, deve ser uma instância da Presidência em diálogo com os Povos Indígenas, anunciada e coordenada por MPI e MRE. Contamos com a Presidência da COP30 para avançar nesse sentido.
5. Essa instância poderá também conduzir um debate importante, mas sensível no movimento, sobre como avançar na inclusão das comunidades locais na Plataforma. Para além do seminário já mandatado para Belém, achamos que vale uma decisão em Bonn a este respeito também. É outra frente importante em que o Brasil pode ser protagonista e que queremos apoiar.

I NDC, Plano Clima e Proteção territorial

1. Desde o anúncio da nossa NDC, temos defendido junto com o Governo a ousadia e o protagonismo brasileiro de ter feito este anúncio ainda na COP 29, mesmo sem o debate da meta global de financiamento climático ter se encerrado.
2. Entretanto, as políticas indigenistas não terem aparecido como importantes ações de mitigação foi um ponto muito negativo. É fundamental fazer uma articulação entre Presidência da COP, MPI, MMA e outros, antes de avançar no Plano Clima, para pensarmos em como fazer um “anexo” à NDC e garantir a compreensão de que a defesa e proteção dos territórios indígenas é uma estratégia central de enfrentamento às mudanças climáticas.
3. Isto tem impacto direto na continuidade das políticas territoriais do Ministério, especialmente pós Câmara de Conciliação. Tem impacto direto no diálogo com o Movimento Indígena brasileiro e tem impacto na dinâmica de acesso das políticas indigenistas ao financiamento climático.
4. **É o ponto mais importante, neste momento de preparação brasileira para a COP.**

Sobre financiamento e meios e implementação¹¹

1. Estamos alinhados na posição brasileira, que lidera o G77 no debate de financiamento. Com a saída dos EUA, este debate fica ainda mais sensível. O MPI quer ser parte do núcleo que define as estratégias de financiamento climática.
2. Um ponto crucial para o MPI é que, atualmente, os povos indígenas e as políticas indigenistas estão marginalizadas no fluxo do financiamento climático e ambiental. Em vários momentos, afirmamos que “os povos indígenas recebem 1% do 1% do valor prometido ao financiamento ambiental mundial, mesmo sendo os que mais conservam a biodiversidade e os atores fundamentais para o enfrentamento às mudanças climáticas”.
3. Já houve mudanças em algumas negociações, especialmente nos fóruns da CBD. Porém, precisamos avançar também na COP do Clima. É importante fazermos um debate específico nesta frente.
4. Para além do debate no aspecto negociador, precisamos pensar os anúncios que serão feitos em Belém.

I TFFF, Pledge e outros anúncios

1. Estamos contribuindo na construção do comitê de governança de povos indígenas do TFFF e ajudando na mobilização e apoio desta fundamental iniciativa. Mas precisamos estar também na Força Tarefa de uso dos recursos. Políticas indigenistas, bem como o apoio direto às comunidades, são fundamentais para garantir "Florestas tropicais para sempre".
2. Outro anúncio em Belém, também decisivo para o financiamento das políticas indigenistas, é o Pledge que está sendo articulado pela FCLP e outras. A Ministra dos Povos Indígenas tem sido chamada para ser protagonista desta iniciativa, mas entendemos que é preciso alinhar com a agenda de ação da COP, não só a garantia do espaço para este anúncio em Belém, como o devido destaque para esta e outras iniciativas que já estão surgindo no sentido do apoio às políticas indigenistas e aos povos indígenas.
3. Todas estas frentes estão interligadas. A filantropia que apoia o Pledge e o TFFF, que banca estruturas da COP, procura a todos nós para entender a dinâmica e as posições do Governo. É muito importante a atuação em conjunto, para o discurso, mas também para inclusão das políticas.
4. Finalmente, em particular no caso do Pledge, precisamos decidir de vamos entrar na FCLP. E se a Ministra deve assumir algum protagonismo na mobilização de recursos. Fica ainda a pergunta sobre se a Presidência gostaria de indicar alguém para acompanhar a Ministra nisso.